MÃES, TEARES E SEREIAS NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO: CHACINAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

Maurício Brugnaro Júnior[1]

Resumo

O estudo busca apreender a relação entre a violência policial e as chacinas ocorridas no Rio de Janeiro para a criação identitária de movimentos sociais organizados e representados pelas mães das vítimas. Dessa forma, compreende-se a formação identitária através dos atos de protestos e a criação de movimentos sociais, correspondendo a alguma chacina ocorrida anteriormente. A pesquisa indica para o sentido de formação de redes de solidariedade entre as mães da favela através das tecituras que elas realizam na ausência de uma proteção estatal, pois as violências ocorridas contra seus familiares são, justamente, perpetradas por agentes estatais. Utiliza-se, majoritariamente, revisão bibliográfica da literatura especializada em movimentos sociais contemporâneos; dados do Radar Saúde Favela (Fiocruz), revista especializada na divulgação da realidade das favelas no Rio de Janeiro; e dados do Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos (GENI/UFF) alocado na Universidade Federal Fluminense. Através de leitura e interpretação dos dados, realiza-se de pesquisa descritiva e correlacional entre os objetos estudados. Conclui-se que a rede de afetos e cuidados das mães da favela compõe a busca por justiça social e memória, antagonizando frente ao poder estatal legitimado estrutural e sócio-historicamente violento e letal. A pesquisa inova ao apresentar a correlação na constituição de identidade do movimento social em eventos recentes, associando a criação de movimentos sociais a tecitura de relações de solidariedade social.

Palavras-chave
Movimentos Sociais; Mães da favela; Chacinas; Rio de Janeiro.

1 UNICAMP

Abstract

The study seeks to understand the relationship between police violence and the massacres that occurred in Rio de Janeiro for the creation of identity in social movements organized and represented by the mothers of the victims. In this way, identity formation is understood through acts of protest and the creation of social movements, corresponding to a previous massacre. The research indicates the need for the formation of solidarity networks among mothers in the favela through the activities they carry out in the absence of state protection, as the violence against their families is precisely perpetrated by state agents. Mostly, bibliographical review of specialized literature on contemporary social movements is used; data from Radar Saúde Favela (Fiocruz), a magazine specialized in publicizing the reality of favelas in Rio de Janeiro; and data from the Study Group on New Illegalisms (GENI/UFF) located at the Fluminense Federal University. Through reading and interpretation of data, descriptive and correlational research is carried out between the objects studied. It is concluded that the network of affection and care of mothers in the favela composes the search for social justice and memory, antagonizing the structurally and socio-historically violent and lethal legitimized state power. The research innovates by presenting the correlation in the constitution of social movement identity in recent events, associating the creation of social movements with the creation of social solidarity relationships.

Key Words

Social movements; Favela mothers; Massacres; Rio de Janeiro.

> "A mãe preta no barraco o mundo é injusto/ Porque só sobrou pra ela o balaio do peso do amor"
> Criolo (part. Milton Nascimento): *Me Corte Na Boca do Céu, a Morte Não Pede Perdão*
> "Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça/ É preciso ter sonho sempre/ Quem traz na pele essa marca/ Possui a estranha mania de ter fé na vida"
> Milton Nascimento: *Maria, Maria*

Introdução: mães, filhos, sereias e mortes

Os movimentos sociais se manifestam por diversos motivos e em diferentes períodos, e para que seja possível, devem se constituir de algumas características básicas. Segundo Tarrow (2009), os movimentos sociais devem ser vistos como "*desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridade*" (2009, p. 21, ênfase no original). Então, complexificando a noção de desafios coletivos, pode-se compreender que são:

> um tipo particular de ator/rede (ou coalizão) que participa do processo de produção de políticas públicas, elaborando, experimentando e disputando modelos alternativos de políticas, que traduzem seu projeto político em um subsistema específico [...]. A produção das ideias e o desenvolvimento das experiências sempre ocorrem em interação com outros atores (aliados, concorrentes, adversários), e seus resultados dependem de como estas interações se estruturam e se desenvolvem (Tatagiba *et. al.*, 2018, p. 109).

Sendo os movimentos sociais essa gama de demandas e relações sociais se manifestando pela capacidade de agência de determinado recorte da população, as disputas e os conflitos ocorrem em *relação opositora* a algo, sendo histórica e estruturalmente o Estado, este que é capaz de institucionalizar ou não as demandas solicitadas. Vale considerar tal relação como reflexiva e dialética: as *estruturas* ou *esquemas culturais* são sustentados por *recursos* que empoderam e/ou restringem a *ação social* e tendem a ser reproduzidos por tal ação; enquanto os *agentes* que são empoderados por estruturas são capazes de mobilizar recursos para executar os esquemas (Giddens,1986; Sewell, 2017). Pois a capacidade de ação performada nas arenas, em determinado contexto, podem proporcionar estruturas de oportunidades políticas, obtendo a mobilização de grande número de participantes e, possivelmente, demandas do Estado.

Mulheres e mães das favelas do Rio de Janeiro, na maioria das vezes, são as primeiras a se organizar para lutar por demandas sociais. Como pode ser visto na foto à esquerda, protestam pelo fornecimento de alimentos aos mais de 640 mil estudantes matriculados na rede municipal de ensino e cartão alimentação,

em 21 de julho de 2020. Na ocasião, pelo poder público, o acesso a prefeitura foi bloqueado e o grupo foi acompanhado por policiais.



Foto: Leo Rocha/Movem-Rio

Outro movimento que passou a ganhar espaço foi o Movimento Mulheres Vivas Zona Oeste, surgido em 2019. O movimento reuniu mulheres moradoras da região de Santa Cruz e de outras instituições da sociedade civil buscando cobrar justiça por Marielle Franco e Anderson Gomes, também denunciando questões como mobilidade urbana, subempregos, fome e falta de acesso a instrumentos culturais, saúde e educação de qualidade.



Foto: Acervo Movimento Mulheres Vivas Zona Oeste

Dessa forma, propõe-se analisar os movimentos sociais composto por familiares – majoritariamente *mães* – de vítimas mortas em chacinas pelo Estado, segundo as características supracitadas. Sendo o Estado o monopólio legítimo da violência e da delegação e espraiamento, este é dotado de agentes empoderados e instrumentalizados para realizar tal manutenção de poder, e, não raramente, isso envolve a morte de pessoas racializadas e periféricas. O corpo policial paramentado por recursos como armamentos e veículos adentram nas favelas com o objetivo de matar. Dessa forma, sua chegada pode se assumir como o prenúncio de desaparecimentos e mortes por parte da população violentada.

Como sempre é importante relembrar, recuperemos o caso de Genivaldo, homem morto por asfixia dentro de uma viatura policial. Sua morte, "a luz do dia, na presença de outras pessoas, é uma tática sórdida de um Estado que captura cidadãos e decide se o mesmo merece viver ou não" (FILHO, 2022, p. 33). Segundo Filho, os carros oficiais a serviço da polícia, por vezes apelidados de "camburões", "caveirões" e "Veraneio Vascaína" funcionam como um *tribunal móvel* de inquisição, no qual "capturam, torturam, interrogam, e em muitos casos, matam o cidadão morador de favela" (*idem*).

Outro caso foi o da morte de Sandro, jovem sobrevivente da Chacina da Candelária que, anos depois, sequestrou o "ônibus 174" e foi asfixiado durante o trajeto até a sede policial. Anos depois, Cláudia foi arrastada por via pública pelo camburão da polícia, "morreu enquanto era cuidada por quem deveria lhe oferecer proteção" (*ibid*., p. 35). Em suma, os veículos policiais são *instrumentos* de coerção, violência e dispositivo de assassinato por parte do Estado contra populações periféricas, pretas e pardas e pobres.



Foto: Bruno Moraes

Realizando um paralelo literário, a *Odisseia*, atribuída a Homero. Em determinada passagem, Odisseu há de atravessar pela região das sereias, que se "encontram num prado; ao redor se lhe veem muitos ossos de corpos de homens desfeitos, nos quais se engrouvinha a epiderme":

> Quem quer que, por ignorância, vá ter às Sereias, e o canto delas ouvir, nunca mais a mulher nem os tenros filhinhos hão de sau-

> dá-lo contentes, por não mais voltar para casa (Homero, 2015, pp. 136-137).

Ao contrário do imaginário corrente, originalmente, as sereias eram seres híbridos de humanos e pássaros, e não humanos e peixes – noção propagada durante a Idade Média –, algo que faz mais sentido com a noção do canto que antecede a morte dos viajantes. Fazendo uso da etimologia, compreende-se que palavras e instrumentos utilizados atualmente possuem raízes antigas, como é o caso de *sirene*. *Sirene* deriva do latim *siren* e do grego *seirén*, fazendo clara referência aos seres descritos por Homero. Após essa breve introdução histórico-literária do conceito de um instrumento – ou dispositivo – que utilizado amplamente hoje em dia, inclusive em viaturas policiais, pode-se compreender a correlação proposta.

Segundo Gohn, a identidade coletiva é composta de três aspectos: i) "a formulação dos quadros comuns de conhecimentos sobre os fins, os meios e o ambiente da ação; ii) "a capacidade de ação e de relação entre os sujeitos envolvidos"; e iii) a "identidade coletiva se constrói também na presença de investimentos emocionais" (Sposito *apud* Gohn, 2019, pp. 41-42). O objetivo deste estudo é compreender *a formação da identidade coletiva cultural dos coletivos de mães das favelas do Rio de Janeiro*, isto é, as motivações e os significados dos protestos realizados pelos movimentos sociais: a cognição (palavras e afirmações sobre o mundo); emoções (a via do sentimento e das narrativas); e a moral (princípios) (Jasper, 2016, pp. 26-27). Em suma, é avançar na resposta da questão: como e por quê ocorre a formação identitária coletiva por movimentos sociais mobilizados, majoritariamente, por mães nas favelas do Rio de Janeiro, a quem não encanta o canto das sereias. Por questões analíticas, é demarcada a chacina de Acari, em 1990, como o ponto de partida dessas mobilizações e reconhecer que, embora sejam muitas chacinas que não caberiam neste breve estudo, há uma continuidade entre as chacinas de Acari e as mais recentes, como Jacarezinho.

Desenho de pesquisa: materiais e métodos

Tomando a questão de como e por quê ocorre a formação identitária coletiva por movimentos sociais mobilizados, majoritariamente, por mães nas favelas do Rio de Janeiro como norte, os materiais utilizados foram: i) os boletins *Ra-*

dar Saúde Favela desenvolvidos pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) sobre a questão de segurança pública e de saúde pública nas favelas do Rio de Janeiro; ii) os dados do relatório de pesquisa do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF); e iii) a arcabouço teórico contemporâneo desenvolvido na área de estudos dos movimentos sociais.

Os boletins Radar Saúde Favela produzidos pela Fiocruz – originalmente nomeado de Radar Covid-19 Favela –, foi desenvolvido no Observatório Fiocruz Covid-19, alocado na Coordenação de Cooperação Social da Presidência da Fiocruz, visando o monitoramento de fontes não oficiais através de análises populares e científicas sobre a situação da saúde em localizações periféricas do Estado para o enfrentamento da pandemia. Ingressando em sua nova fase, o programa busca produzir e difundir informações sobre várias dimensões de precariedade que impactam as populações que habitam territórios socioambientalmente vulneráveis. Embora agora alcancem níveis nacionais, somente foi utilizado o recorte fluminense neste estudo.

O GENI é um grupo de pesquisa registrado no diretório do CNPq e está sediado na Universidade Federal Fluminense. Se especializa em temas associados às diferentes formas de violências e os conflitos sociais. Os dados obtidos nos relatórios de pesquisa decorrem da edição do ano de 2023, na qual analisaram as chacinas policiais no Rio de Janeiro e, especificamente, o processo de estatização das mortes, cunhando o termo *mega chacinas policiais* devido ao elevado número de mortos e a sequente impunidade.

Por fim, foi utilizado base teórica de autores e autoras relevantes e de impacto na área de estudo dos movimentos sociais, como James Jasper, Sidney Tarrow, Luciana Tatagiba, Maria da Glória Gohn, Bob Jessop, entre outros, versando tanto sobre a questão identitária e a criação dos *significados* nos protestos, como também a configuração estrutural do *outro*, isto é, do Estado enquanto opositor dos movimentos sociais. Quanto a metodologia, foi utilizada, majoritariamente, análise de fonte e revisão bibliográfica com dados secundários em relação aos depoimentos e dados estatísticos.

AS CONSTRUÇÕES DE *NÓS* E *ELES*: IDENTIDADES E ANTAGONISMOS

Como dito no início, o Brasil é um país com histórico colonial e racializado – assim como outros da América Latina (Quijano, 2005). Como já demonstrado pela literatura dos estudos étnico-raciais ao longo das décadas, os corpos periféricos, racializados e pobres são, majoritariamente, estigmatizados estruturalmente e as vítimas nas estatísticas quando envolvem o poder do Estado. Sobre o *estigma*, Goffman já indicou que "os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas" (Goffman, 20145, p. 5). Assim, o estigma é usado como um atributo depreciativo ancorado numa *linguagem de relações sociais*. Dessa forma, podem-se identificar três formas de estigma: a) abominações do corpo; b) culpas de caráter individual; e c) tribais de raça, nação e religião, transmitidos pelas tradições (*ibid*., p. 7).

Assim, a *identidade social* de alguém estabelece uma separação para o indivíduo no mundo de outras pessoas. Tal divisão ocorre primeiramente entre os que lhe são conhecidos e os que não são. Isto é, os conhecidos já possuem uma identificação pessoal com o indivíduo, enquanto os que não conhecem "são aqueles para quem o indivíduo é um perfeito estranho, alguém cuja biografia pessoal não foi iniciada" (*ibid*., p. 59). O ponto a ser evidenciado é que as identidades são parte de interesses e definições de outras pessoas e estruturas em relação ao indivíduo "cuja identificação está em questão", podendo surgir antes do nascimento e continuar depois de já haver sido enterrado (*ibid*., p. 91). Ou seja, a identidade para aqueles próximos é construída em vida, mas já carrega *estigmas anteriores a sua existência*, enquanto a identidade social é muitas vezes pautada em narrativas estruturais sobre os indivíduos para outros que não o conhecem pessoalmente, mas são encaixados em performances contextuais. Logo, as vítimas das chacinas são estigmatizadas antes de seu nascimento, passando por sua vida e continuando após sua morte.

Por um lado, retomando e unindo os elementos da identidade coletiva como exposto por Gohn, sua construção vai de encontro conflituoso com o poder estrutural que atua direta e indiretamente nas chacinas e na sua sequente impunidade. Ou seja, *a criação identitária dos coletivos de mães nas favelas carregam estigmas históricos* que devem ser desconstruídos para que consigam engajar mais participantes, devem criar narrativas que buscam justiça e valorização da memó-

ria contrárias às ilegalidades do Estado, este que detém as narrativas estruturais a longo prazo já firmadas no poder público.

Dessa forma, a construção de um *nós*, deve formular quadros comuns das possiblidades dos meios, dos fins e dos ambientes de ação e, ao mesmo tempo, gerenciar os investimentos emocionais nas formas de protesto através da capacidade de ação entre os sujeitos envolvidos. Segundo Barros:

> A luta contra a violência policial é uma bandeira histórica dos movimentos de favelas da cidade do Rio de Janeiro. Considerando que seus territórios sempre foram vistos como locais de pobreza, das classes perigosas e germe da criminalidade, o histórico de atuação violenta das forças de segurança se justifica. Soma-se a isso o fato nada irrelevantes de que a maioria da sua população é negra, uma transposição do quilombo à favela" (2021, p. 35).

Corroborando à proposta, a socióloga diz que "os estigmas que pairam sobre as favelas se consolidaram em diversas políticas e programas de segurança pública" (*idem*). Segundo Gonzaga e Silva, a perda de um ente querido por violência letal ou o desaparecimento forçado implica em grande impacto na vida cotidiana, na convivência social e comunitária, o que pode levar a problemas de ordem psicossocial, financeira, de pertencimento e saúde (2023, pp. 41-42).

É comum nos discursos coletados em depoimentos de pessoas vitimizadas por tais ações a menção à *questão interseccional* de raça, classe e moradia, perpassados pelo medo e pela violência. De acordo com Darcília Alvez, integrante da Organização de Mulheres de Atitude (OMA):

> Conheço bem a angústia de mães de adolescentes negros. Estou com uma aqui do lado, que é mãe, sozinha, como eu criei a minha filha ela cria o dela. [...] Então a questão do racismo, do preconceito que a gente vive dentro de comunidade é isso, porque a gente além de conviver com o racismo, a gente vive com a presença o tempo todo do perigo, do medo, da violência que a gente vive (2020, pp. 18-19).

Após um ano da Chacina de Jacarezinho, movimentos sociais continuam buscando justiça, e dentre esses movimentos está um grupo de estudantes e ser-

vidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) – Campus Paracambi, que realizou um *ato pela memória* e *justiça* pelas vidas perdidas:

> Em forma de rito, os(as) participantes se distribuíram em semicírculo e evocaram os nomes dos mortos na chacina, informando também suas idades. Numa alternância que explicitava o contraste entre as vidas perdidas e os direitos previstos em leis e decretos, os(as) participantes leram também trechos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948) e da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, que foi assinada pelo Brasil em 06 de maio de 1952. A cada nome ou direito proclamado, um toque grave de caixa conduzido pela professora de música Camilla Moraes da Silva marcava o tempo (Pimentel, 2022, p. 21).

Um dos estudantes buscou reconstruir a identidade de Caio, um dos jovens assassinados na chacina em questão, estabelecendo sua identidade pessoal diante de uma identidade coletiva:

> Aos 16 para 17 anos passei a sair, mas com outras finalidades... Nessa época o movimento do funk e da valorização da favela aumentou, com isso, passei a frequentar o Jacarezinho, assim como o Caio. Eu continuava a frequentar o Jacarezinho, mas Caio ia para lá com mais frequência, durante um tempo ficou até sumido da pista. [...] Caio era um garoto comum, que queria uma boa vida. Não o julgo. O retrato que fica para mim dele não é de "bandido" ou "usuário", como parte da sociedade infelizmente o vê, e sim de amigo. Se todos, de fato, pagassem a conta da guerra às drogas não sobraria pedra sobre pedra na Zona Sul. Caio não era e não deve ser tratado diferente de qualquer outro adolescente (Depoimento de João Pedro F. Costa, 18, estudante do Ensino Médio/Técnico Integrado em Mecânica no IFRJ/Cpar, In: Pimentel, 2022, p. 26).

Por outro lado, pela legitimidade do monopólio da violência nas mãos do Estado, há uma narrativa ativa também legitimada pela intervenção estatal nas favelas – que ocasionam mortes e chacinas –, e uma narrativa omissa, na qual o Estado não atua de forma a solucionar problemas, sendo sua inação/omissão também motivada por questões de poder e racismos estigmatizantes.

A construção do *outro*, o Estado, por parte dos movimentos sociais ganha profundidade quando evocada por pessoas diretamente envolvidas nas chacinas. No trecho abaixo, realizado em depoimento numa escola pública, pode-se observar a indignação de Vera Lúcia, uma das mães de Acari ao relatar a chacina e a inação/omissão por parte do Estado:

> Para quem não me conhece eu sou Vera Lúcia, sou uma das Mães de Acari. Perdi minha filha no dia 26 de julho de 1990, há 16 anos. Elas foi fazer um passeio em Suruí, Magé, e de lá ela foi retirada por seis policiais que queriam joias e dinheiro. Eram onze crianças e os policiais queriam joias e dinheiro. [...] A justiça diz que não tem corpo, não tem crime. Mas tenho certeza que houve um crime porque falta minha filha em casa e eu a tive, né? Tenho certeza que ela nasceu, ela tem uma certidão de nascimento, mas a justiça diz que não existe isso porque não tem corpo, não tem crime" (depoimento de Vera Lúcia [2007], In: Periferia Brasileira de Letras, 2022, p. 8).



Vera Lúcia em depoimento aos estudantes da escola pública Vinícius de Morais, Pavuna, RJ, em 2006. Foto: Fábio Araújo.

Como menciona Jasper: "nossos corpos são portadores físicos de significados tão importantes quanto livros, canções ou blogs" (2016, p. 87). Da mesma forma, a construção da identidade coletiva passa pelo processo de racialização histórica e regional que passam os moradores das favelas. Ainda segundo Vera Lúcia:

> O policial que me aborda em Copacabana, que dá boa tarde, pede os meus documentos, não é o policial que me aborda em Acari. O policial que me aborda em Acari tem um esparadrapo tapando o nome dele, vai dando "bolacha", rasgando os documentos. Isso é a prática dentro da minha comunidade e de outras comunidades. [...] (…) eu tô lutando, contem comigo, nós não temos muita coisa a fazer, mas vamos brigar, vamos fazer passeata, vamos fazer caminhada, nós vamos incomodar (…). (depoimento de Vera Lúcia [2007], In: Periferia Brasileira de Letras, 2022, p. 10).

Vera Lúcia faleceu em 2007, mas a luta por justiça segue com seu legado, com outras mães e familiares. Em entrevista, Aline Leite, sua filha, contou como interpreta a estrutura estatal diante dos problemas enfrentados pelas vítimas de chacinas:

> Então, depois do falecimento da minha mãe, a gente ainda ouvia algumas pessoas na minha família dizendo: "ela faleceu de diabetes, ela faleceu de…". O Estado não veio com a arma e botou na cabeça dela. Ela não desapareceu como a minha irmã. Mas a minha mãe sofreu! Desde que eu me entendo por gente, eu estou totalmente destruída emocionalmente. Eu não sei realmente distinguir a Aline antes e depois, porque aquela memória que eu tinha antes é muito curta. Depois disso é que a gente vai criando as memórias (entrevista de Aline Leite, In: Araújo e Mallart, 2022, p. 18).

O Estado se caracteriza como gerador de várias dores, vários sofrimentos iniciados na chacina, mas não encerrados ali. A luta constante através dos repertórios de ação disponíveis, como disse Vera Lúcia "vamos brigar, vamos fazer passeata, vamos fazer caminhada, nós vamos incomodar" continuamente adoece os envolvidos, pois "o Estado, além de matar, busca controlar discursivamente o significado das mortes, de forma que as pessoas não reconheçam a violência de Estado como violência de Estado" (*ibid*., p. 24).

Em suma, retoma-se o que foi exposto sobre inação/omissão por parte do Estado:

> São várias vítimas! Eu não sei o que o Estado fez, eu sei o que o Estado não fez de lá pra cá. O que eu gostaria que fizesse é outra história. Por isso que quando eu falo lá na audiência pública, eu falo da desresponsabilização do Estado, porque é mais do que responsabilizar. Na verdade, a impunidade faz com que eles só se desresponsabilizem, não têm responsabilidade até hoje (*ibid*., p. 26).

Vale caracterizar os envolvidos nas chacinas como policiais e milicianos, ambos aparados pelo Estado. De acordo com a Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJRacial), *as milícias não são grupos paramilitares, mas são lideranças originadas no próprio funcionalismo policial público*, sendo composto por agentes ou ex-agentes de segurança pública. Dessa forma, não há uma relação paralela ao Estado, pois estão dentro da máquina pública, inclusive beneficiando o próprio grupo miliciano ou político (Florentino; Goulart, 2023, p. 50).

Segundo a pesquisa divulgada pelo Radar Saúde Favela (Fiocruz), foram identificados 77 cemitérios clandestinos na Baixada Fluminense em 2022, sendo 32% em Nova Iguaçu, 16% em Belford Roxo e 10 em Duque de Caxias (*idem*). Por cemitério clandestino, compreende-se terrenos baldios, áreas ermas, rios, lixões e pontos das linhas férreas. O perfil das vítimas, majoritariamente, é de jovens pretos e pardos, com baixa escolaridade, do sexo masculino e moradores de favelas e periferias. Recorrentemente, há registros de decapitação e do esquartejamento de pessoas – e, quando a vítima é do sexo feminino, cis ou trans, encontram-se provas de violência sexual – como parte da estratégia baseados na atuação territorial das milícias visando a produção de medo e terror.

As construções de significados dos protestos

De forma consonante com Jasper, que diz:

> Se os enquadramentos tendem a identificar os problemas que precisam ser resolvidos, as identidades coletivas indicam o grupo que suspostamente irá solucioná-los. Em muitos casos, os grupos já estão definidos por experiências, tratamento ou posi-

> ção estrutural comuns: podem ser discriminados pelas leis, inferiorizados por estereótipos (2016, p. 74).

Na construção deste enquadramento, vamos buscar compreender seus significados, que "assumem formas físicas e há um número infinito de formas que podem assumir" (*ibid*., p. 64). Assim, vamos o uso das *palavras na nomeação* dos envolvidos, principalmente na construção identitária de um *nós* e de um *eles*. Pode-se compreender os movimentos sociais por seus nomes e momento de criação como a reação acumulada e espontânea opositora a alguma chacina. Como vê-se na tabela, destacam-se os movimentos sociais e coletivos criados em relação ao acúmulo de mortes e violência policial:

Tabela: Movimentos sociais e iniciativas populares pelo fim da abordagem violenta do estado a territórios periféricos no Rio de Janeiro, 1990-2022.

Movimento social	Data de criação
Mães de Acari	1990
Candelária Nunca Mais!	1993
Movimento Posso me Identificar?	2003
Movimento Moleque	2003
Rede Contra Violência	2004
Casa Mãe Mulher	2011
Fórum Grita Baixada	2012
Coletivo Mães de Manguinhos	2013
Rede Nacional de Mães e Familiares Vítima do Terrorismo de Estado	2016
Rede de Mães e Familiares da Baixada Fluminense	2017
Frente Estadual pelo Desencarceramento	2017
Iniciativa Direito à Memória	2019
Parem de nos Matar	2019
ADPF Das Favelas	2020
Fórum Popular de Segurança Pública	2022

Elabora própria. Fonte: Radar Saúde Favela, edição 18, julho de 2022.


Vera Lúcia Flores durante manifestação na Candelária, em 2007. Foto: Fábio Araújo

Nota-se, evidentemente, a presença constante de termos como "mães", "familiares" e palavras de questionamento e ordem, como "posso me identificar?" e "parem de nos matar". Tais nomeações e significados não flutuam no ar, mas são assentados em condições materiais, históricas e geográficas específicas, fazendo dos *nomes dos movimentos sociais a síntese de sua identidade, de seu propósito e também sua força moral*. As formas de protesto são, muitas vezes, trabalhadas de formas conjuntas, buscando a construção de muitas categorias ao mesmo tempo, como: a construção e valorização da memória coletiva, a busca por justiça, as passeatas, as formas iconográficas e verbais, etc.



Marcha das Mães de Acari. Foto: Alaor Filho

De acordo com Jasper, "pessoas, eventos e lugares da história detêm significados, da mesma forma que livros ou murais" (2016, p. 81). Os indivíduos coletivos atribuem significados a eventos visando e conduzindo a uma situação posterior, neste caso as mobilizações são motivadas pelas chacinas.

Outra forma de construção dos significados mobilizado pelos movimentos sociais propostos ocorrem através das formas visuais. Estas ocorrem em faixas, intervenções públicas e trabalhadas em conjuntos com as formas verbais e passeatas. Como pode ser visto abaixo, Vera Lúcia carrega a foto de sua filha morta na Chacina de Acari durante um protesto na Candelária, em 2007, local que foi cenário de outra cachina em 1993.

O uso de faixas durante as mobilizações nas ruas também é constantemente presente nos protestos realizados pelos familiares e outros envolvidos na bus-



Foto: Djeff Amadeus.

ca por justiça das chacinas. A imagem em que se lê "Contra o genocídio: rebelar-se é justo!" faz parte das manifestações após a chacina do Jacarezinho, na qual foram mortas 28 pessoas na justificativa do Estado da guerra às drogas.

Na imagem ao lado é possível perceber a faixa de luto na Favela do Jacaré pela chacina ocorrida. O uso da faixa com mensagens de saudade e exposta em local público de movimentação cotidiana busca *construir o sentimento de saudade dos familiares e conhecidos da região*, além de engajar outras pessoas próximas na causa do movimento.



Imagem: Bruno Itan.

Todas as formas de protesto mobilizadas pelos movimentos sociais das mães da favela se orientam por duas direções e um sentido: para o *passado* com a valorização das memórias daqueles que se foram assassinados através da construção de uma *memória coletiva*, para o *futuro* na busca por justiça, paz e verdade no sentido de conquistá-las através de políticas públicas.

Cartazes durante as passeatas são constantemente utilizados pela fácil leitura e associação ao *propósito moral* dos movimentos. Na primeira imagem abaixo, jovens com idades próximas a alguns dos assassinados segurando cartazes pedindo paz contra a violência policial. Na segunda foto abaixo, como a chacina do Jacarezinho ocorreu em 2021, em meio a Pandemia do Covid-19, protestos se mesclaram ao criar frases com rimas, ambas buscando maior atenção e cuidado

do Estado, mesmo que em frentes diferentes se tratam do mesmo território e ambiente.



Foto: Bruno Itan.



Foto: Douglas Dobby.





Fotos: Djeff Amadeus, de seu celular, no dia do memorial da Chacina do Jacarezinho.

A construção e perpetuação da memória coletiva é conflituosa e árdua, principalmente quando o outro lado é constituído pela "violência legítima". Após a Chacina de Jacarezinho, foi construído um *memorial*, o qual foi destruído logo após sua inauguração. A destruição da tentativa de memória passou a ser nomeada de "nova chacina" pelos movimentos sociais e moradores envolvidos, e ainda a situação foi agravada pela tentativa de criminalização dos movimentos sociais envolvidos por parte do Estado, pois, supostamente, consistiria numa "apologia ao tráfico", segundo Witzel, governador na época.

Coalizões e conquistas

Segundo Almeida, "los actores colectivos a menudo se alían com otros grupos para extender la movilización a regiones o sectores adicionales de la sociedad. Cuando uma colectividad se alinea al menos con un grupo más para empreender una acción colectiva, se forma una coalición" (2020, p. 33). As demandas dos movimentos sociais das mães das favelas envolvem conceitos guarda-chuvas: justiça, paz e verdade. E dentro desses conceitos, políticas públicas eficazes na construção cotidiana desses conceitos.

Pode-se considerar que os movimentos sociais em questão conquistaram aliados importantes ao longo das décadas de luta para além de sua rede de apoio e de integrantes, formando coalizões, principalmente o Movimento Mães de Acari que alcançaram aliados internacionais devido à décadas de luta e persistência. As coalizões com atores de grande destaque midiático favoreceram as estruturas de oportunidades políticas desses movimentos. Destacam-se as alianças com o Projeto Legal e o Movimento Nacional de Direitos Humanos, no qual o advogado militante Carlos Nicodemos descreve que há buscas de reparação para além da conquista de indenizações:

> A indenização é apenas um capítulo da reparação. A gente traz como elementos de reparação desde questões de caráter individual até de ordem coletiva, como, por exemplo, o memorial, que é um desafio para os familiares no caso Mães de Acari. Porque já se sugeriu várias coisas, nomes de rua, busto, agora a proposta de nomear uma ala da Câmara de Deputados. A ideia de reparação tem nuances individuais, mas tem também nuances coletivas (Araújo; Mallart, entrevista com Carlos Nicodemos, 2022, p. 18).

Outra conquista relevante ocorreu em Nova Iguaçu, através de incidência política, com a aprovação da Lei municipal que institui a semana de 24 a 31 de março como a "Semana municipal de conscientização da luta de mães e familiares de vítimas de violência em Nova Iguaçu", e também o Decreto Lei: n.12.091 de 7 de Outubro de 2020, o qual também instituiu o Núcleo de Atendimento a Mães e Familiares Vítimas de Violência (NAMFIV), que conta com atendimento psicossocial municipal, o primeiro no país (Silva, 2022, p. 35).

A proposta possui duas etapas, sendo: 1ª) intervenções socioassistenciais; 2ª) acolhimento e ressignificação dos danos sociais/psicossociais causados pela violência. O serviço disponibiliza atendimento de forma individual e familiar, estimulando a realização de "grupos reflexivos onde as vítimas de violência possam recuperar, através de sua história, algum grau de autoestima e confiança, sendo capazes de reconhecer seu acolhimento e ressignificação dos danos causados pela violência (Gonzaga; Silva, 2023, p. 43). Embora não trate a causa dos problemas, não criar tal instituição e espaço, pode tamponar o problema, como se não tratasse de um problema real.

Outras alianças relevantes são: a própria Fiocruz e a parceria com fontes não oficiais para a produção, primeiramente do Radar Covid-19 e, em sequência, do Radar Saúde Favela; e o GENI/UFF. Ambas instituições universitária de ensino, pesquisa e extensão que contribuem com as pesquisas aqui utilizadas e com programas de comunicação e intervenção social, dando vozes aos corpos estigmatizados.

Considerações finais: tecituras, contextos e tecelãs

Conclui-se que a formação identitária coletiva dos movimentos sociais mobilizados por mães de favela são costurados pela violência do Estado – a este que encanta o canto da sereia – através da manutenção do poder com as mortes de jovens multi-estigmatizados, muitas vezes em chacinas ou mega chacinas. E, assumindo liberdade poética para realizar um paralelo artesanal, os movimentos sociais atuam como redes que participam da produção de políticas públicas, sempre em interação com outros atores e seus resultados dependem destas interações. Logo, pode-se interpretar os movimentos sociais compostos por diversos retalhos que são costurados a outras malhas e tramas, por vezes maiores, dominantes e antigas, outras mais novas, esgarçadas ou não e com situações que podem gerar identificação. De um lado, os movimentos sociais são já redes complexas de relações e estruturadas em si que podem ou não ter continuidade. Por outro, são compostos por indivíduos e estes possuem capacidade de agência e mobilização de esquemas e recursos, fornecendo novas costuras.

O processo de tecelagem pode ser resumido em três operações: i) abertura da cala (seleção de fios no urdume); ii) tecitura (a reunião dos fios que se atra-

vessam no tear, que se encontram arranjados); e iii) a inserção da trama (a batida do pente). Simbólica e simplificadamente, em projeto comum em reação à algo, os movimentos sociais são constituídos por várias demandas que devem ser selecionadas, então sua união que atravessa determinado contexto – as estruturas de oportunidades políticas –, e a inserção da trama completa, sendo os conflitos e conexões realizadas com outros atores sociais (aliados, concorrentes e adversários). O tecido que vai ser gerado depende das mobilizações e organizações ao longo desse processo.

No estudo aqui proposto, quem guiou os processos de organizações dos tecidos sociais foram as mães das favelas, atuando como tecelãs de organização popular e social frente e em oposição a outras tramas e outros tecelões, nas quais a batida do pente e o canto das sirenes destes, muitas vezes, é o início da tecelagem materna.

RECEBIDO em 22/09/2024
APROVADO em 05/12/2024

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Paul. (2020). **Movimientos sociales**: la estructura de la acción colectiva. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.

ALVEZ, Darcília. (jul. 2020). **Ser mulher, negra, moradora de favela e mãe de filhos negros**. In: Radar Favela Covid-19, edição 01. Rio de Janeiro: Fiocruz, Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/documento/informativo-radar-covid-19-favelas. Acesso em: 20 nov. 2023.

ARAÚJO, Fábio; MALLART, Fábio; LEITE; Aline. (jul. 2022). **"Eu estou há 31 anos esperando uma certidão de óbito... Eu poderia estar falando aqui com o meu coração menos aflito"**. In: In: Radar Saúde Favela, edição 18. Rio de Janeiro: Fiocruz, Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde, entrevista. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/documento/radar-saude-favela-edicao-18. Acesso em: 20 nov. 2023.

BARROS, Rachel. (abril 2021). **"Se eles lá não fazem nada, faremos tudo daqui"**: a voz das favelas na luta contra a violência policial. In: Radar Favela Covid-19, edição 09. Rio de Janeiro: Fiocruz, Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde. Disponível em: http://portal.fiocruz.br/documento/radar-covid-favelas-edicao-9. Acesso em: 20 nov. 2023.

FILHO, Samuel Lourenço. (jun. 2022). **A morte oferece carona**. In: Radar Favela Covid-19, edição 17. Rio de Janeiro: Fiocruz, Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/informativo-radar-saude-favela-lanca-edicao-retroativa. Acesso em: 20 nov. 2023.

FLORENTINO, Giselle; GOULART, Fransérgio. (jul.-ago. 2023). **Áreas de desova: a expansão dos casos de desaparecimentos forçados na Baixada Fluminense/RJ**. In: Radar Saúde Favela, edição 24. Rio de Janeiro: Fiocruz, Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/documento/radar-saude-favela-edicao-24. Acesso em: 20 nov. 2023.

GOFFMAN, Erving. (2004) **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Versão digital.

GOHN, Maria da Glória. (2019). **Participação e democracia no Brasil**: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis, RJ: Vozes.

GONZAGA, Kléber Luiz; SILVA, Juliana Gomes da. (jul.-ago. 2023). **Assistência social, acolhimento e garantia de direitos a famílias vitimadas pela violência de Estado**: relato de experiência na cidade de Nova Iguaçu. In: Radar Saúde Favela, edição 24. Rio de Janeiro: Fiocruz, Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/documento/radar-saude-favela-edicao-24. Acesso em: 20 nov. 2023.

HOMERO. **Odisseia**. (25ª ed.). (2015). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

JASPER, James M. (1ª ed.). (2016). **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar.

JESSOP, Bob. (1980). Teorías recientes sobre el Estado capitalista. México: **Revista Crítica de la Economía Política**, nº 16/17.

PERIFERIA BRASILEIRA DE LETRAS; LÚCIA, Vera. (jul. 2023). **32 anos**: uma homenagem às Mães de Acari. In: Radar Saúde Favela, edição 18. Rio de Janeiro: Fiocruz, Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde, entrevista. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/documento/radar-saude-favela-edicao-18. Acesso em: 20 nov. 2023.

PIMENTEL, Diogo. (jun. 2022). **Ato por memória e justiça em Paracambi**: 1 ano da Chacina do Jacarezinho. In: Radar Favela Covid-19, edição 17. Rio de Janeiro: Fiocruz, Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/informativo-radar-saude-favela-lanca-edicao-retroativa. Acesso em: 20 nov. 2023.

QUIJANO, Aníbal. (2005). **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales.

TARROW, Sidney. (2009). **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Vozes.

TATAGIBA, Luciana et. al. (2018). **Movimentos sociais e políticas públicas**: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: LOTTA, G.; PIRES. R.; OLIVEIRA, V.

E. de (orgs.). Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília: Ipea: Enap.

SILVA, Luciene. (jul. 2022). **Mães de Acari**: um legado histórico. In: Radar Saúde Favela, edição 18. Rio de Janeiro: Fiocruz, Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde, entrevista. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/documento/radar-saude-favela-edicao-18. Acesso em: 20 nov. 2023.